

2 — Os referidos Oficiais contam a antiguidade no novo posto, conforme a cada um se lhe indica, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 176.º do EMFAR.

3 — Ficam integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, na sua redação atual.

4 — Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde 31 de dezembro de 2018, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do EMFAR.

5 — As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para 2018), da aprovação de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional do proposto no Memorando n.º 004/CCEM/2018, de 17 de julho, comunicada através do ofício n.º 4815/CG (Pº 223/2013(1)), de 28 de novembro de 2018, do Gabinete de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional e na sequência do Despacho n.º 1247/2018-SEAEP, de 27 de novembro, de S. Exa a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público e do Despacho n.º 1825/2018/SEO, de 23 de novembro, de S. Exa o Secretário de Estado do Orçamento.

10 de janeiro de 2019. — O Diretor, *Rui Manuel Rodrigues Lopes*, MGEN.

311977199

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 891/2019

Ao abrigo da competência que me foi conferida pelo n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2018, de 5 de abril, publicada na 1.ª série do *Diário da República*, n.º 80, de 24 de abril, e do n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico os atos de adjudicação e de aprovação da minuta de contrato praticados por deliberação datada de 20/12/2018, do Conselho Diretivo da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P., exarada na Informação n.º 452 18 NVEL, no âmbito do procedimento centralizado de aquisição de 268 veículos «CP-V 032/01/2018», conduzido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap, I. P.).

Subdelego, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, no Secretário-Geral da Administração Interna, Dr. Carlos Manuel Silvério da Palma, todas as competências inerentes ao órgão competente para a decisão de contratar, incluindo a outorga do contrato;

Subdelego, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, no Comandante-Geral da GNR, Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel, a competência para a outorga dos contratos da Guarda Nacional Republicana, enquanto entidade utilizadora;

Subdelego, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, no Diretor Nacional da PSP, Superintendente-Chefe Luís Manuel Peça Farinha, a competência para a outorga dos contratos da Polícia de Segurança Pública, enquanto entidade utilizadora.

17 de janeiro de 2019. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311990669

## JUSTIÇA

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 892/2019

Considerando que o Departamento Central de Investigação e Ação Penal é um órgão de coordenação e de direção da investigação da criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade;

Considerando ainda que este órgão deve ser, por lei, apoiado por elementos pertencentes aos quadros dos órgãos de polícia criminal;

Designo, nos termos do disposto no artigo 25.º e no n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 86/2009, de 3 de abril, o inspetor da Polícia Judiciária Nuno Filipe Nunes Correia Domingos, para o exercício de funções no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, em regime de mobilidade na categoria, no período compreendido entre 4 de fevereiro de 2019 e 30 de setembro de 2019.

10 de janeiro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

311972232

#### Despacho n.º 893/2019

Considerando que o Departamento Central de Investigação e Ação Penal é um órgão de coordenação e de direção da investigação da criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade,

Considerando ainda que este órgão deve ser, por lei, apoiado por elementos pertencentes aos quadros dos órgãos de polícia criminal,

Designo, nos termos do disposto no artigo 25.º e no n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 86/2009, de 3 de abril, os inspetores da Polícia Judiciária Sérgio José Vieira Pedroso Pimenta, João Manuel Cavaco da Palma, Sandra Maria Ribeiro Marques Vaz Osório e Pedro Manuel Baptista Marques, para o exercício de funções no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, em regime de mobilidade na categoria, no período compreendido entre 7 de janeiro de 2019 e 30 de setembro de 2019.

10 de janeiro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

311972224

### Secretaria-Geral

#### Aviso n.º 1344/2019

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que as listas de classificação final dos procedimentos concursais de regularização extraordinária de vínculos precários, para ocupação de postos de trabalho na carreira e categoria de técnicos superiores, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicitadas na Bolsa de Emprego Público (BEP), com os códigos de oferta n.ºs OE201809/0562, OE201809/0566 e OE201809/0567, foram homologadas por meu despacho de 29 de novembro de 2018 e 12 de dezembro de 2018, respetivamente, tendo sido afixadas em local visível e público nas instalações desta Secretaria-Geral e na respetiva página eletrónica — <https://sgmj.justica.gov.pt/>.

10 de janeiro de 2019. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

311973237

## EDUCAÇÃO

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 894/2019

No uso da competência que me é atribuída pelo n.º 2 do artigo 19.º dos Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35781, de 5 de agosto de 1946, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de julho, e com base na proposta apresentada pela assembleia geral, através do ofício a que correspondeu o número de entrada 8014/2018 do meu Gabinete, do presidente da Mesa da Assembleia Geral que, por remissão expressa, passa a fazer parte integrante do presente despacho, nomeio para o cargo de presidente do conselho de administração da Caixa de Previdência do Ministério da Educação o Professor Doutor António Manuel Dias Farinha.

10 de janeiro de 2019. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

311972881

## SAÚDE

### Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

#### Aviso n.º 1345/2019

#### Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários — Lista unitária de ordenação final

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, torna-se público que foi homologada, por deliberação do Conselho Diretivo, de 20 de dezembro de 2018, a lista unitária de ordenação final dos